

COLLECCÃO DAS LEIS.

DO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1854.

TOMO XV. PARTE 1.



RIO DE JANEIRO.

NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1854.

INDICE DA COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1854.

TOMO XV. PARTE I.

	PAG.
N.º 727. — Decreto de 24 de Maio de 1854. — Declara que o Art. 51 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, refere-se ás notas do extinto Banco do Brasil do novo padrão.....	1
N.º 728. — Decreto de 24 de Maio de 1854. — Concede dezeseis loterias, que serão extrahidas nesta Córte, conforme o plano das concedidas á Santa Casa da Misericórdia, a tres Igrejas Matrices, e Recolhimento de Santa Theresa.	2
N.º 729. — Decreto de 24 de Maio de 1854. — Declara que Pedro Maria Monteiro Torres, natural do Rio de Janeiro, está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.....	3
N.º 730. — Decreto de 3 de Junho de 1854. — Approva a aposentadoria concedida a Francisco Martins Vianna no lugar de Thesoureiro da Sacristia da Imperial Capella.....	4
N.º 731. — Decreto de 5 de Junho de 1854. — Declara desde quando deve ter lugar a competencia dos Auditores de Marinha para processar e julgar os réos mencionados no Art. 3.º da Lei N.º 581 de 4 de Setembro de 1850, e os casos em que devem ser impostas pelos mesmos Auditores as penas de tentativa de importação de escravos.....	5
N.º 732. — Decreto de 17 de Junho de 1854. — Dispensa as Leis que prohibem as Corporações de mão morta possuir bens de raiz, para que a Irmandade do Santissimo Sacramento da Capella Curada de São José do Turvo da Freguezia do Amparo do Municipio da Barra Mansa, na Provincia do Rio de Janeiro, possa possuir até o valor de dez contos de réis, e bem assim diversos terrenos que lhe forão doados.....	7

- N.º 733. — Decreto de 17 de Junho de 1854. — Dispensa as Leis que prohibem as Corporações de mão morta possuir bens de raiz, para que a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Vassouras possa possuir bens de raiz, e cincoenta contos de réis em Apolices da Divida Publica inalienaveis..... 8
- N.º 734. — Decreto de 17 de Junho de 1854. — Dispensa as Leis que prohibem as Corporações de mão morta possuir bens de raiz, para que o Hospital de Charidade instituido na Cidade de Barbacena, na Provincia de Minas Geraes, possa possuir a Fazenda denominada — Ponte Nova — com todos os seus pertences..... 9
- N.º 735. — Decreto de 17 de Junho de 1854. — Dispensa as Leis que prohibem as Corporações de mão morta possuir bens de raiz para que a Santa Casa da Misericordia da Cidade de Paranaguá, da Provincia do Paraná, possa possuir até a quantia de quarenta contos de réis... 10
- N.º 736. — Decreto de 17 de Junho de 1854. — Autorisa a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da Cidade de Santos, na Provincia de São Paulo, para possuir bens de raiz até o valor de quarenta contos de réis..... ”
- N.º 737. — Decreto de 28 de Junho de 1854. — Autorisa o Governo a elevar os ordenados dos Correios das Secretarias d'Estado com o augmento de 200.000 a cada hum..... 12
- N.º 738. — Decreto de 30 de Junho de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da Relação do Rio de Janeiro Gabriel Mendes dos Santos..... 13
- N.º 739. — Decreto de 30 de Junho de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Chefe de Policia do Municipio da Côte, Alexandre Joaquim de Siqueira..... ”
- N.º 740. — Decreto do 1.º de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 700.000 concedida a D. Mathildes Delfina de Castro, viuva do Chefe de Divisão Francisco Bibiano de Castro. 15
- N.º 741. — Decreto do 1.º de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual, concedida a D. Rita de

- Cassia da Conceição, correspondente á metade do soldo que vencia seu filho o Alferes de Guardas Nacionaes Honorio da Fonseca Feijó.... 16
- N.º 742. — Decreto do 1.º de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 1.000 ~~7~~ 000 concedida a D. Gerimana Joaquina de Castro Mascarenhas, e suas quatro filhas..... »
- N.º 743. — Decreto do 1.º de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual concedida a D. Umbelina Leal Ferreira Monteiro, correspondente á metade do soldo que percebia seu marido o Tenente do 2.º Regimento de Cavallaria Ligeira Manoel Francisco Monteiro..... 17
- N.º 744. — Decreto do 1.º de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual concedida ao Segundo Sargento de Guardas Nacionaes José Rodrigues dos Santos Neves, correspondente ao soldo e etape de 160 réis que percebia..... 18
- N.º 745. — Decreto de 3 de Julho de 1854. — Autorisa o Governo a pagar ao General Francisco José de Sousa Soares de Andréa a quantia de 3.485 ~~7~~ 266 de vencimentos que lhe competião como Commandante do Exercito na Provincia do Rio Grande do Sul..... 19
- N.º 746. — Decreto de 7 de Julho de 1854. — Autorisa o Governo para conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro ao Dr. José Francisco Sigaud. 20
- N.º 747. — Decreto de 7 de Julho de 1854. — Autorisa o Governo a mandar pagar ao Barão de Itapicuru-mirim, e ao Conselheiro Antonio Manoel de Mello, as quantias que lhes são devidas como gratificações que não recebêrão quando Directores da Fabrica de ferro de S. João de Ypanema. »
- N.º 749. (*) — Decreto de 12 de Julho de 1854. — Concede ao Monte Pio Geral dos Servidores do Estado o usufructo do Proprio nacional sito na travessa das Bellas Artes..... 22
- N.º 750. — Decreto de 12 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 600 ~~7~~ 000 concedida a D. Maria Generosa Loureiro, viuva do Desembargador Agostinho de Sousa Loureiro..... 23

(*) Não consta haver acto algum de N.º 748.

- N.º 751. — Decreto de 15 de Julho de 1854. — Faz extensiva ás Companhias, de que trata o Art. 6.º da Lei de 24 de Setembro de 1845, a disposição do § 3.º do Art. 1.º da Lei de 6 de Setembro de 1852. 24
- N.º 752. — Lei de 15 de Julho de 1854. — Fixa as Forças de terras para o anno financeiro de 1855 — 1856. 25
- N.º 753. — Lei de 15 de Julho de 1854. — Fixa a Força naval para o anno financeiro de 1855 — 1856. 27
- N.º 754. — Decreto de 19 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 800.000, concedida a D. Francisca de Assis Menezes de Macedo, viuva de Joaquim Teixeira de Macedo. 30
- N.º 755. — Decreto de 19 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 600.000, concedida a D. Emilia Candida Vianna Basto, viuva do Coronel Antonio Rodrigues de Araujo Basto. »
- N.º 756. — Decreto de 19 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 800.000, concedida a D. Rita Bernardina de Almeida, viuva do Almirante José Maria de Almeida. 31
- N.º 757. — Decreto de 19 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual, concedida a D. Maria Angelica Ferreira Mena Barreto, equivalente á metade do soldo que tinha seu marido. 32
- N.º 758. — Decreto de 19 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 1.200.000, concedida a D. Francisca do Rego Barreto Pereira, viuva do Coronel Francisco Jacintho Pereira, e ás suas quatro filhas solteiras. »
- N.º 759. — Decreto de 19 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 150.000, concedida ao Guarda Nacional Antonio da Cruz. 33
- N.º 760. — Decreto de 19 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 193.000, concedida ao Alferes reformado Rodrigo Lopes da Cunha Menezes. 34
- N.º 761. — Decreto de 22 de Julho de 1854. — Autorisa o Governo a conceder privilegio a particulares, ou a Companhias que emprehenderem a navegação por vapor nas aguas do Rio Parahyba. 35
- N.º 762. — Decreto de 29 de Julho de 1854. — Declara que aos Officiaes da segunda Classe, tanto de ter-

- ra, como de mar, competem quando em serviço, os mesmos vencimentos dos da primeira: e que, nesta conformidade, se lhes pague o que se lhes dever pelo tempo de serviço prestado... 36
- N.º 763. — Decreto de 29 de Julho de 1854. — Approva a Pensão annual de 120,000, concedida a Valeria Maria da Conceição, viuva de José Pereira Couto..... 37
- N.º 764. — Decreto de 5 de Agosto de 1854. — Approva a Pensão annual de 600,000, concedida a D. Maria do Carmo de Sousa Mello, viuva do Coronel João Francisco de Mello..... 38
- N.º 765. — Decreto de 5 de Agosto de 1854. — Approva a Pensão annual de 800,000, concedida a D. Francisca Theodolina de Vasconcellos Gonçalves, viuva do Tenente General Lazaro José Gonçalves..... »
- N.º 766. — Decreto de 9 de Agosto de 1854. — Autorisa o Governo a conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Francez Lourenço Marechal..... 40
- N.º 767. — Decreto de 9 de Agosto de 1854. — Autorisa o Governo para conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro a Antonio Diodoro de Pascual, João Baptista Callogeras, e Padre Raphael Jacintho Ramos..... »
- N.º 768. — Decreto de 9 de Agosto de 1854. — Autorisa o Governo para mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Direito de São Paulo a Thomaz Antonio de Paula Pessoa, e no mesmo anno da Faculdade de Medicina desta Côte ao estudante Manoel Ignacio Barbosa Lage.... 41
- N.º 769. — Decreto de 9 de Agosto de 1854. — Autorisa o Governo para reformar a Aula do Commercio desta Côte, e a elevar até á quantia de vinte mil réis a contribuição dos alumnos..... 42
- N.º 770. — Decreto de 16 de Agosto de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da Relação do Maranhão João Candido de Deos e Silva..... 43
- N.º 771. — Decreto de 16 de Agosto de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da Relação do Maranhão Fernando Pacheco Jordão. »

N.º 772.	— Decreto de 16 de Agosto de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador João Capistrano Rebello, Presidente da Relação do Maranhão.	44
N.º 773.	— Decreto de 23 de Agosto de 1854. — Marca os limites das Províncias de Goyaz e do Maranhão.	45
N.º 774.	— Decreto de 31 de Agosto de 1854. — Autorisa o Governo a pagar a Manoel Ignacio da Silveira a quantia de 2.301,7980, valor do Hiato Pensamento Feliz.	46
N.º 775.	— Decreto de 2 de Setembro de 1854. — Autorisa o Governo para alterar a Tabella que regula o quantitativo das esmolos das sepulturas, e o preço dos caixões, vehiculos de conducção dos cadáveres, e serviço dos enterros; e para relevar a Santa Casa da Misericórdia, a quem foi commetida a fundação e administração dos Cemiterios Publicos da Cidade do Rio de Janeiro, do encargo de manter e conservar, em tempos ordinarios, as tres enfermarias, de que trata o Decreto N.º 583 de 5 de Setembro de 1850, até a epocha que se fixa.	47
N.º 776.	— Decreto de 6 de Setembro de 1854. — Isenta a Fazenda Provincial do Pagamento de certos impostos.	48
N.º 777.	— Decreto de 6 de Setembro de 1854. — Declara comprehendidas na disposição do Art. 12 da Lei n.º 586 de 6 de Setembro de 1850 as duas loterias concedidas pela Assembléa Provincial do Maranhão para as obras do Convento de Santo Antonio da Capital da mesma Provincia, extra-hidas em 1852 e 1853.	»
N.º 778.	— Decreto de 6 de Setembro de 1854. — Declara que na venda de bens e terras da Capella de Itambé, na Provincia de Pernambuco, o Governo poderá affrontar aos individuos que se acharem de posse dos ditos bens e terras.	49
N.º 779	— Lei de 6 de Setembro de 1854. — Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercicio de 1855 — 1856	50
N.º 780.	— Decreto de 9 de Setembro de 1854. — Autorisa a transferir para o Corpo de Engenheiros, na qualidade de Alferes Alumno, o Guarda Marinha Antonio da Costa Barros Velloso.	63

- N.º 781. — Decreto de 10 de Setembro de 1854. — Autorisa o Governo a reformar as Secretarias d'Estado dos Negocios do Imperio, Justiça e Estrangeiros, e as Secretarias de Policia da Côrte e Províncias; bem como a despende as quantias que se marcão, com a fundação de hum instituto de cegos; com a construção e reparos de edificios para os Seminários Episcopaes, e com a criação de Faculdades Theologicas em dous dos actuaes Seminarios Episcopaes. 64
- N.º 782. — Decreto de 12 de Setembro de 1854. — Autorisa o Governo para mandar pagar ao Padre Leonardo Antunes Meira Henriques o que se lhe dever de congruas, como Vigario Geral do Bispado de Pernambuco. 66
- N.º 783. — Decreto de 12 de Setembro de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Bacharel Cyrino Antonio de Lemos, no lugar de Secretario do Supremo Tribunal de Justiça. »
- N.º 784. — Decreto de 12 de Setembro de 1854. — Approva a Pensão annual de 600~~0~~000 concedida á Viscondeza da Laguna. 67
- N.º 785. — Decreto de 12 de Setembro de 1854. — Approva a Pensão annual de 1.000~~0~~000 concedida ao Coronel da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro, Manoel Adolpho Charão. 68
- N.º 786. — Decreto de 12 de Setembro de 1854. — Approva a Pensão annual de 400~~0~~000 concedida a D. Marianna Felipa de Assis, viuva de Francisco de Assis Azeredo Coutinho. »
- N.º 787. — Decreto de 12 de Setembro de 1854. — Approva a Pensão annual de 150~~0~~000 concedida ao Primeiro Tenente graduado da Armada Antonio José Pereira Leal. 69
- N.º 788. — Decreto de 12 de Setembro de 1854. — Approva a jubilação concedida ao Doutor Antonio Maria de Miranda e Castro, no lugar de Lente substituto da Faculdade de Medicina desta Côrte. »
- N.º 789. — Decreto de 12 de Setembro de 1854. — Approva as Tabellas de ordenados e gratificações dos Lentes, Substituto, e Empregados das Faculdades de Direito, e Medicina do Imperio,

	annexas aos Decretos N.ºs 1.386 e 1.387 de 28 de Abril do corrente anno.....	70
N.º 790.	— Decreto de 14 de Setembro de 1854. — Declara que Luiz Gomes da Cunha tem direito á Pensão approvada em 18 de Agosto de 1852 desde 2 de Dezembro de 1839.....	72
N.º 791.	— Decreto de 14 de Setembro de 1854. — Concede á Camara Municipal da Cidade da Victoria o telheiro que outr'ora servia para arrecadação do dizimo do peixe.....	
N.º 792.	— Decreto de 14 de Setembro de 1854. — Approva a aposentadoria concedida a Joaquim Antonio Leitão no lugar de Official-maior da Secretaria da Thesouraria da Provincia da Parahyba.....	73
N.º 793.	— Decreto de 14 de Setembro de 1854. — Approva a aposentadoria concedida a José Lopes Rosa, no lugar de Primeiro escripturario da Contadoria da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco.....	74
N.º 794.	— Decreto de 14 de Setembro de 1854. — Approva a Pensão annual de 120,000 concedida ao Guarda Nacional Francisco Mathheus da Silva.....	»
N.º 795.	— Decreto de 14 de Setembro de 1854. — Autorisa o Governo a conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro a varios individuos.....	75
N.º 796.	— Decreto de 14 de Setembro de 1854. — Autorisa o Governo a conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro a varios individuos.....	76
N.º 697.	— Decreto de 14 de Setembro de 1854. — Autorisa o Governo a conceder Carta de naturalisação de Cidadã Brasileira a Emilia Eulalia Nervi.....	»
N.º 798.	— Decreto de 16 de Setembro de 1854. — Crea huma nova Freguezia nesta Cidade tirada das de Sant'Anna, Sacramento e São José, dando-lhe o Governo nome, e marcando-lhe territorio, ouvido o Bispo Diocesano.....	77
N.º 799.	— Lei de 16 de Setembro de 1854. — Declara que aos Tribunaes do Commercio compete o	

	<p> julgamento em segunda instancia das Causas commerciaes com alçada até cinco contos de réis; ficando comprehendido nesta jurisdicção os Commercialles matriculados, e não matri- culados; e dá outras providencias..... </p>	78
N.º 800.	<p> — Decreto de 16 de Setembro de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Desem- bargador da Relação de Pernambuco, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves... </p>	79
N.º 801.	<p> — Decreto de 16 de Setembro de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Joaquim José Pacheco, em hum Lugar da Relação da Côrte..... </p>	80
N.º 802.	<p> — Decreto de 16 de Setembro de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Bacharel Luiz Paulino da Costa Lobo, no lugar de Juiz de Direito da Comarca de Marvão, ora deno- minada do Principe Imperial... </p>	81
N.º 803.	<p> — Decreto de 20 de Setembro de 1854. — Autorisa o Governo a conceder ás Companhias Anglo-Brasileira, Luso-Brasileira e a outras quaesquer que se apresentarem em identicas circumstancias, os mesmos favores e isenções concedidas á Real Companhia de Southampton. </p>	82
N.º 804.	<p> — Decreto de 23 de Setembro de 1854. — Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Francisco de Sousa Martins..... </p>	83
N.º 805.	<p> — Decreto de 23 de Setembro de 1854. — Autorisa o Governo para reformar a Academia das Bellas Artes..... </p>	»
N.º 806.	<p> — Decreto de 23 de Setembro de 1854. — Autorisa a Camara Municipal da Côrte a incor- porar Companhias para o fim de fazer abrir a rua do cano, bem como para regularisar e dar maior largura á rua dos Latoeiros, com as clausulas, favores e obrigações abaixo men- cionadas..... </p>	85
N.º 807.	<p> — Decreto de 27 de Setembro de 1854. — Approva as concessões 4.ª e 5.ª a que se re- fere o Decreto n.º 1.066 de 13 de Novem- bro de 1852, a 1.ª do subsidio mensal de 500.000 pela condução das malas do Cor- </p>	

reio entre esta Côrte e a Cidade de Santos,
e a 2.^a isentando de quaesquer direitos a
aquisição e matricula dos Vapores destinados
para as viagens contractadas. 87

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 1.ª

DECRETO N.º 727 — de 24 de Maio de 1854.

Declara que o Art. 51 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, refere-se ás notas do extincto Banco do Brasil do novo padrão.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Artigo 51 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, refere-se ás notas do extincto Banco do Brasil do novo padrão, emittidas pela Commissão liquidadora do mesmo Banco, em virtude do Art. 5.º da Lei de 23 de Setembro de 1829, e existentes em poder dos herdeiros de D. Maria Joaquina de Azevedo Barroso, na importancia de 8.494.7000, já reconhecidas verdadeiras pela Caixa de Amortisação da divida publica, como exigio a referida Lei de 28 de Outubro 1848.

O Visconde de Paraná, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Maio de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

DECRETO N.º 728 — de 24 de Maio de 1854.

Concede dezeseis loterias , que serão extrahidas nesta Côrte , conforme o plano das concedidas á Santa Casa da Misericórdia , a tres Igrejas Matrizes , e Recolhimento de Santa Thereza.

Hei por bem Sanccionar , e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Concedem-se dezeseis loterias , que serão extrahidas na Côrte do Rio de Janeiro , conforme o plano das concedidas á Santa Casa da Misericordia , e distribuidas do modo seguinte :

1.º Seis á Irmandade do Santissimo Sacramento da antiga Sé deste Bispado , para conclusão da sua Igreja Matriz.

2.º Seis ao novo Recolhimento de Santa Thereza , creado por Decreto de 14 de Março de 1852 , para asylo das meninas desvalidas ; sendo o producto dellas entregue á Mesa Administrativa do mesmo Recolhimento para ser applicado especialmente á construcção do edificio destinado á habitação das recolhidas.

3.º Duas á Matriz do Rio Novo na Provincia de Minas Geraes , devendo o seu producto ser applicado á conclusão daquelle Templo , e á compra de ornamentos necessarios para o culto religioso na mesma Igreja.

4.º Do mesmo modo e para identico fim determinado no § antecedente , duas á Matriz de Santo Antonio da Parahybuna da referida Provincia.

5.º O producto liquido resultante das loterias de que tratão os §§ 3.º e 4.º , será posto á disposição do Presidente da Provincia de Minas Geraes , para ter a applicação determinada nos mesmos §§.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Maio de mil oitocentos cincoenta e quatro , trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 729 — de 24 de Maio de 1854.

*Declara que Pedro Maria Monteiro Torres , natural do
Rio de Janeiro , está no gozo dos direitos de
Cidadão Brasileiro.*

Hei por bem Sanccionar , e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Pedro Maria Monteiro Torres , natural do Rio de Janeiro , está no gozo dos direitos de Cidadão Brasileiro.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Maio de mil oitocentos cincoenta e quatro , trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECCAO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 2.^a

DECRETO N.º 730 — de 3 de Junho de 1854.

Approva a aposentadoria concedida a Francisco Martins Vianna no lugar de Thesoureiro da Sacristia da Imperial Capella.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de oito de Junho de mil oitocentos e cincoenta e tres, a Francisco Martins Vianna, no lugar de Thesoureiro da Sacristia da Imperial Capella, com o vencimento annual de quatrocentos mil réis; ficando revogadas as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

¶

José Thomaz Nabuco de Araujo.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 3.^a

DECRETO N.º 731 — de 5 de Junho de 1854.

Declara desde quando deve ter lugar a competencia dos Auditores de Marinha para processar e julgar os réos mencionados no Art. 3.º da Lei N.º 581 de 4 de Setembro de 1850, e os casos em que devem ser impostas pelos mesmos Auditores as penas de tentativa de importação de escravos.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º A competencia dos Auditores de Marinha, para processar e julgar os réos mencionados no Artigo terceiro da Lei numero quinhentos e oitenta e hum de quatro de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, terá lugar depois da publicação da presente Resolução, ainda quando a perseguição dos delinquentes e dos escravos desembarcados não se realise no acto do desembarque, e se faça posteriormente logo que a Autoridade Publica tiver noticia do desembarque, qualquer que seja a distancia da costa em que elles se achem.

Art. 2.º Será punido com as penas de tentativa de importação de escravos, processado e julgado pelos ditos Auditores, o Cidadão Brasileiro, aonde quer que resida, e o estrangeiro residente no Brasil, que for dono, capitão ou mestre, piloto ou contra-mestre, ou interessado no negocio de qualquer embarcação, que se occupe no trafico de escravos, continuando, em relação aos que importarem para o Brasil, a disposição da Lei de quatro de Setembro de mil oitocentos e cincoenta.

Esta disposição não comprehende o Cidadão Brasileiro residente em Paiz estrangeiro, que ahi já tiver sido processado e julgado pelo mesmo crime.

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho,

Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 4.^a

DECRETO N.º 732 — de 17 de Junho de 1854.

Dispensa as Leis que prohibem as Corporações de mão-morta possuir bens de raiz, para que a Irmandade do Santissimo Sacramento da Capella Curada de São José do Turvo da Freguezia do Amparo do Municipio do Barra Mansa, na Provincia do Rio de Janeiro, possa possuir até o valor de dez contos de réis, e bem assim diversos terrenos que lhe forão doados.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão dispensadas as Leis que prohibem as Corporações de mão-morta possuir bens de raiz, e revalidadas as respectivas doações, para que a Irmandade do Santissimo Sacramento da Capella Curada de São José do Turvo da Freguezia do Amparo do Municipio da Barra Mansa, na Provincia do Rio de Janeiro, possa possuir até o valor de dez contos de réis, e bem assim os terrenos que lhe forão doados por José Manoel de Azevedo Guimarães e sua mulher, e Fabiano José do Coutto e sua mulher, por Escriptura Publica de 26 de Março de 1850 e 14 de Abril de 1852.

Art. 2.º A concessão de que trata o Artigo antecedente he feita com a clausula de ser convertida em Apolices da Divida Publica inalienaveis, realisada no prazo marcado pelo competente Provedor de Capellas e Residuos, exceptuados somente os terrenos e predios que forem precisos para o serviço proprio da respectiva Igreja.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezesete de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz

DECRETO N.º 733 — de 17 de Junho de 1854.

Dispensa as Leis que prohibem as Corporações de mão-morta possuir bens de raiz, para que a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Vassouras possa possuir bens de raiz, e cincoenta contos de réis em Apolices da Divida Publica inalienaveis.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão dispensadas as Leis que prohibem as Corporações de mão-morta possuir bens de raiz, revalidadas as respectivas doações, para que a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Vassouras possa legalmente possuir:

§ 1.º O Predio que lhe doou Custodio Ferreira Leite.

§ 2.º O Hospital offerecido pela respectiva Camara Municipal, e bem assim o Cemiterio começado a expensas de varios cidadãos.

Art. 2.º He a mesma Irmandade autorizada para possuir cincoenta contos de réis em Apolices da Divida Publica inalienaveis, incluída a doação feita pelo Commendador José Corrêa e Castro.

Art. 3.º A doação de que trata o § 1.º he concedida com a clausula de ser convertida em Apolices da Divida Publica inalienaveis, realisada no prazo marcado pelo competente Juiz de Capellas.

Art. 4.º Ficão sem vigor as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezesete de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 734 — de 17 de Junho de 1854.

Dispensa as Leis que prohibem as Corporações de mão-morta possuir bens de raiz, para que o Hospital de Caridade instituido na Cidade de Barbacena, na Provincia de Minas Geraes possa possuir a Fazenda denominada — Ponte Nova — com todos os seus pertences.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão dispensadas as Leis que prohibem as Corporações de mão-morta possuir bens de raiz, revalidadas as respectivas doações, para que o Hospital da Caridade instituido na Cidade de Barbacena, na Provincia de Minas Geraes, possa possuir a Fazenda denominada — Ponte Nova — com todos os seus pertences, que lhe fora legada para seu patrimonio por Antonio José Ferreira Armond.

Art. 2.º A concessão, de que trata o Artigo antecedente, he feita com a clausula de ser convertida em Apolices da Divida Publica inalienaveis, realisada no prazo marcado pelo competente Provedor de Capellas e Residuos, exceptuados somente os terrenos e predios que forem precisos para serviço proprio da respectiva Igreja e Estabelecimento.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezesete de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 735 — de 17 de Junho de 1854.

Dispensa as Leis que prohibem as Corporações de mão-morta possuir bens de raiz para que a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Paranaguá, da Provincia do Paraná, possa possuir até a quantia de quarenta contos de réis.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão dispensadas as Leis, que prohibem as Corporações de mão-morta possuir bens de raiz, revalidada a respectiva doação, para que a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Paranaguá, da Provincia do Paraná, possa possuir até a quantia de quarenta contos de réis.

Art. 2.º Esta concessão he feita com a clausula da conversão de taes bens em Apolices da Divida Publica inalienaveis, realisada no prazo marcado pelo competente Juiz de Capellas, reservados somente os terrenos e predios que forem precisos para o serviço proprio da respectiva Igreja e Estabelecimento.

Art. 3.º Ficão sem vigor as disposições em contrario. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezesete de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N. 736 — de 17 de Junho de 1854.

Autorisa a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da Cidade de Santos, na Provincia de São Paulo, para possuir bens de raiz até o valor de quarenta contos de réis

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He autorizada a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da Cidade de Santos, na Provincia de São Paulo, para possuir bens de raiz até o valor de quarenta contos réis.

Art. 2.º A concessão de que trata o Artigo antecedente he feita com a clausula da conversão de taes bens em Apolices de Divida Publica inalienaveis, realisada no prazo marcado pelos competentes Provedores de Capellas e Residuos, exceptuados somente os terrenos e predios, que forem precisos para o serviço proprio da mesma Ordem Terceira.

Art. 3.º Ficão para este effeito dispensadas as Leis da amortisação, que prohibem as Corporações de mão-morta o possuir bens de raiz e toda outra Legislação em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseite de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 5.^a

DECRETO N.º 737 — de 28 de Junho de 1854.

Autorisa o Governo a elevar os ordenados dos Correios das Secretarias d'Estado com o augmento de 200.000 a cada hum.

Hei por bem Sancceionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a elevar os ordenados dos Correios das Secretarias d'Estado com o augmento de duzentos mil réis a cada hum.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado do Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Junho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 6.^a

DECRETO N.º 738 — de 30 de Junho de 1854.

*Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da
Relação do Rio de Janeiro Gabriel Mendes dos Santos.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a
Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida
por Decreto de vinte e quatro de Agosto do anno passado,
com o vencimento annual de hum conto e quinhentos mil
réis, ao Desembargador da Relação do Rio de Janeiro,
Gabriel Mendes dos Santos; revogadas para este fim as dis-
posições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Mi-
nistro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim
o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro
em trinta de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro,
trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N.º 739 — de 30 de Junho de 1854.

*Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Che-
fe de Policia do Municipio da Côte, Alexandre Joaquim
de Siqueira.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a
Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por

Decreto de vinte e tres de Maio de mil oitocentos e cinquenta e quatro ao Juiz de Direito Alexandre Joaquim de Siqueira, Chefe de Policia do Municipio da Côte, com o ordenado de hum conto e duzentos mil réis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Junho de mil oitocentos e cinquenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 7.^a

DECRETO N.º 740 — do 1.º de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 700\$000 concedida a D. Mathildes Delfina de Castro, viuva do Chefe de Divisão Francisco Bibiano de Castro.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de setecentos mil réis, concedida por Decreto de dez de Abril deste anno a D. Mathildes Delfina de Castro, em remuneração dos serviços prestados por seu fallecido marido o Chefe de Divisão Francisco Bibiano de Castro; revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Julho de mil oitocentos cinquenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 741 — do 1.º de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual concedida a D. Rita de Cassia da Conceição, correspondente á metade do soldo que vencia seu filho o Alferes de Guardas Nacionais Honorio da Fonseca Feijó.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual concedida por Decreto de dez de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e tres a D. Rita de Cassia da Conceição, correspondente á metade do soldo que vencia seu filho o Alferes de Guardas Nacionais Honorio da Fonseca Feijó, morto em combate na Cidade do Rio Pardo.

Art. 2.º A agraciada perceberá esta Pensão desde a data do referido Decreto.

Art 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 742 — do 1.º de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 1.000.000 concedida a D. Germana Joaquina de Castro Mascarenhas, e suas quatro filhas.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de hum conto de réis, concedida por Decreto de vinte e quatro de Maio do corrente anno a D. Germana Joaquina de Castro Mascarenhas, viuva do Conselheiro Miguel Joaquim de Castro Mascarenhas, sendo quinhentos mil réis para a mesma viuva, e igual quantia para suas quatro filhas D. Maria Clementina

de Castro Mascarenhas, D. Maria Joanna de Castro Mascarenhas, D. Maria Francisca de Castro Mascarenhas, e D. Joanna Carlota de Castro Mascarenhas, repartidamente.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 743 — do 1.º de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual concedida a D. Umbelina Leal Ferreira Monteiro, correspondente á metade do soldo que percebia seu marido o Tenente do 2.º Regimento de Cavallaria Ligeira Manoel Francisco Monteiro.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual concedida por Decreto de vinte de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dois a D. Umbelina Leal Ferreira Monteiro, correspondente á metade do soldo que percebia seu marido o Tenente do Segundo Regimento de Cavallaria Ligeira Manoel Francisco Monteiro, morto em combate no dia tres de Fevereiro nos Campos de Moron, sem prejuizo do meio soldo que por Lei lhe compita.

Art. 2.º A agraciada perceberá esta Pensão desde a data do Decreto que lh'a conferio.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 744 — do 1.º de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual concedida ao Segundo Sargento de Guardas Nacionais José Rodrigues dos Santos Neves, correspondente ao soldo e etape de 160 réis que percebia.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual concedida por Decreto de dezenove de Agosto do anno de mil oitocentos cincoenta e dois a José Rodrigues dos Santos Neves, Segundo Sargento do segundo Batalhão de Guardas Nacionais do Municipio do Presidio da Provincia de Minas Geraes, correspondente ao soldo e etape de cento e sessenta réis, que percebia pela respectiva Thesouraria Provincial, em remuneração dos serviços prestados á Causa da Ordem na sobredita Provincia, onde foi gravemente ferido em combate nos campos de Santa Luzia.

Art. 2.º O agraciado perceberá esta Pensão desde a data do Decreto que li'a conferio.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 8.^a

DECRETO N.º 745 — de 3 de Julho de 1854.

Autorisa o Governo a pagar ao General Francisco José de Sousa Soares de Andréa a quantia de 3.485.726 de vencimentos, que lhe competião como Commandante do Exército na Provincia do Rio Grande do Sul.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a pagar ao General Francisco José de Sousa Soares de Andréa a quantia de tres contos quatrocentos oitenta e cinco mil duzentos e sessenta e seis réis de vencimentos, que lhe competião como Commandante do Exército na Provincia do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Pedro d'Alcantara Bellegarde, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Julho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Pedro d'Alcantara Bellegarde.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.^aPARTE 1.^aSECÇÃO 9.^a

DECRETO N.º 746 de 7 de Julho de 1854.

Autorisa o Governo para conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro ao Dr. José Francisco Sigaud.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica o Governo autorisado para conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro ao Doutor José Francisco Sigaud, natural de Marselha, dispensando á esse fim o tempo que falta para preencher os dous annos de residencia posteriores á declaração feita na Camara Municipal.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Julho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 747 — de 7 de Julho de 1854.

Autorisa o Governo a mandar pagar ao Barão de Itapicuri-mirim, e ao Conselheiro Antonio Manoel de Mello, as quantias que lhes são devidas como gratificações que não recebêrão quando Directores da Fabrica de ferro de S. João de Ypanema.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorisado a mandar pagar

ao Barão de Itapicurú-mirim, e ao Conselheiro Antonio Manoel de Mello, as quantias que lhes são devidas como gratificações que não receberão quando Directores da Fabrica de ferro de S. João de Ypanema; revogadas para este fim as disposições em contrario.

Pedro d'Alcantara Bellegarde, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Pedro d'Alcantara Bellegarde.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 10.^a

DECRETO N.º 749 (*) — de 12 Julho de 1854.

*Concede ao Monte Pio Geral dos Servidores do Estado
o usufructo do proprio nacional sito na travessa
das Bellas Artes*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica concedido ao Monte Pio Geral dos Servidores do Estado o usufructo do proprio nacional, sito na travessa das Bellas Artes, onde actualmente se pagão as pensões do mesmo Monte Pio.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Visconde de Paraná, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

DECRETO N.º 750 — de 12 de Julho de 1854.

*Approva a Pensão annual de 600.000 réis concedida
a D. Maria Generosa Loureiro, viúva do Desem-
bargador Agostinho de Sousa Loureiro.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Res-
olução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de doze de Maio de mil oitocentos quarenta e sete a D. Maria Generosa Loureiro, em plena remuneração dos serviços prestados por seu fallecido marido o Desembargador Agostinho de Sousa Loureiro.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 11.^a

DECRETO N.º 751 de 15 de Julho de 1854.

Faz extensiva ás Companhias de que trata o Art. 6.º da Lei de 24 de Setembro de 1845 a disposição do § 3.º do Art. 1.º da Lei de 6 de Setembro de 1852.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º A disposição do paragrapho terceiro do Artigo primeiro da Lei de seis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e dous fica extensiva ás Companhias de que trata o Artigo sexto da Lei de vinte e quatro de Setembro de mil oitocentos quarenta e cinco.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer Leis e disposições em contrario.

O Visconde de Paraná, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em quinze de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

LEI N.º 752 — de 15 de Julho de 1854.

Fixa as Força de terras para o anno financeiro de 1855 a 1856.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º As Forças de terra para o anno financeiro de mil oitocentos cincoenta e cinco a mil oitocentos cincoenta e seis constarão:

§ 1.º Dos Officiaes dos Corpos moveis, e de guarnição, dos Quadros da Repartição Ecclesiastica, Corpo de Saude, Estado Maior de primeira e segunda Classe, Engenheiros, e Estado Maior General.

§ 2.º De vinte mil Praças de pret de linha em circumstancias ordinarias, comprehendidos os Corpos de Guarnição nas Provincias, em que for necessaria esta especie de força, podendo ser licenciadas cinco mil, na conformidade das disposições do Artigo terceiro do Decreto numero quinhentos sessenta e oito de vinte e quatro de Julho de mil oitocentos e cincoenta: e de vinte e seis mil Praças em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º De mil e quarenta Praças de pret em Companhias de Pedestres.

Art. 2.º As Forças fixadas no Artigo precedente completar-se-hão pelo engajamento voluntario, e, na insufficiencia deste meio, pelo recrutamento feito em conformidade da Carta de Lei de vinte e nove de Agosto de mil oitocentos trinta e sete, elevada a seiscentos mil réis a quantia que exime o recrutado do serviço.

Os que se alistarem voluntariamente servirão por seis annos, e os recrutados nove annos. Os voluntarios perceberão huma gratificação, que não exceda a quantia de quatrocentos mil réis, e, concluido seu tempo de serviço, terão huma data de terra de duas mil e quinhentas braças quadradas.

O contingente necessario para completar as ditas Forças será distribuido em circumstancias ordinarias pela Capital do Imperio e Provincias.

Art. 3.º O Governo fica autorizado para destacar até quatro mil Praças da Guarda Nacional em circumstancias extraordinarias.

Art. 4.º O Governo fica desde já autorisado para crear hum Batalhão de Engenheiros com a força de quatrocentas Praças de pret, e para incluir nesta organização os individuos do Corpo estrangeiro de Pontoneiros que julgar conveniente.

Art. 5.º Fica tambem o Governo autorisado para conceder ás Provincias o numero conveniente de recrutas para preenchimento dos Corpos de Policia, não sendo este meio excluido pelas respectivas Leis Provinciaes, que regularem a organização de taes Corpos.

Art. 6.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, á quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d' Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos quinze dias do mez de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

O IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Pedro d' Alcantara Bellegarde.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Mandada executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sancionar, ficando as Forças de terra para o anno financeiro de mil oitocentos cincoenta e cinco a mil oitocentos cincoenta e seis.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros, a fez.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 24 de Julho de 1854.

Josino do Nascimento Silva.

Registrada. Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria d' Estado dos Negocios da Guerra a 25 de Julho de 1854

Libanio Augusto da Cunha Mattos

LEI N.º 753 — de 15 de Julho de 1854.

*Fica a Força Naval, para o anno financeiro de
1855 a 1856.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Artigo Primeiro. A Força Naval, para o anno financeiro de mil oitocentos e cincoenta e cinco a mil oitocentos e cincoenta e seis, constará:

§ 1.º Dos Officiaes da Armada e das demais classes, que for preciso embarcar, conforme as lotações dos navios, e estado maior das Divisões Navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias, de tres mil praças de marinagem e de pret dos Corpos de Marinha, embarcadas em navios armados e transportes; e de cinco mil, em circumstancias extraordinarias.

Artigo Segundo. O Governo continua autorizado, para completar o Corpo de Imperiaes Marinheiros, o Batalhão Naval, e a Companhia de Imperiaes Marinheiros da Provincia de Mato Grosso, conforme os respectivos Regulamentos.

Artigo Terceiro. A Força acima mencionada será preenchida pelos meios autorisados no Artigo quarto da Lei numero seiscentos e treze de vinte e hum de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum.

Artigo Quarto. Fica tambem o Governo desde já autorizado:

§ 1.º Para reorganisar o Corpo ecclesiastico da Armada.

§ 2.º Para crear até tres Compauhias de aprendizes marinheiros nas Provincias, em que o julgar conveniente.

§ 3.º Para regular as habilitações dos pilotos dos navios de guerra, assim como dos navios mercantes nacionaes.

§ 4.º Para elevar a vinte e cinco mil réis por anno os premios concedidos aos marinheiros avulsos, e a quinze mil réis aos grumetes, engajados voluntariamente, podendo outrosim augmentar-lhes os soldos, dando vinte mil réis mensaes aos marinheiros da classe superior, dezoito mil réis aos primeiros, quinze mil réis aos segundos, e dez mil réis aos grumetes.

§ 5.º Para elevar de sessenta a cem mil réis o premio de engajamento para os aprendizes e os Imperiaes marinha-

ros; e bem assim o premio de engajamento para o Batalhão Naval, equiparando-o ao concedido aos engajamentos do Exercito.

§ 6.º Para prorogar até vinte annos o tempo de serviço das praças do Corpo de Imperiaes marinheiros, que ou forem recrutadas, ou passarem das Companhias de aprendizes para o dito Corpo, concedendo:

1.º Aos que tiverem dez annos de serviço, além do soldo correspondente ás suas respectivas classes, huma gratificação igual á terça parte do mesmo soldo.

2.º Aos que tiverem dezeseis annos de serviço huma gratificação igual á metade do respectivo soldo.

3.º Aos que tiverem vinte annos de serviço a reforma com o soldo por inteiro; podendo entretanto o Governo, antes de findo este tempo, nos prazos que determinar em Regulamento, licenciar aquelles que o merecerem por seu comportamento, com a condição de se empregarem á bordo dos navios mercantes nacionaes.

Artigo Quinto. As disposições dos paragraphos quarto, quinto, e sexto do Artigo antecedente são permanentes.

Artigo Sexto. Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Julho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

José Maria da Silva Paranhos.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval no anno financeiro que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos e cincoenta e cinco até o ultimo de Junho de mil oitocentos e cincoenta e seis, na forma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim Maria de Sousa a fez

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellada na Chancellaria do Imperio em vinte e quatro de Julho de mil oitocentos e cincoenta e quatro.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em vinte e cinco de Julho de mil oitocentos e cincoenta e quatro.

Francisco Xavier Bomtempo.

Registrada á folhas quarenta verso do Livro primeiro de Cartas de Leis. Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em vinte e seis de Julho de mil oitocentos e cincoenta e quatro.

Joaquim Maria de Sousa.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 12.^a

DECRETO N.º 754 — de 19 de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 800.7000 concedida a D. Francisca de Assiz Menezes de Macedo, viuva de Joaquim Teixeira de Macedo.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de oitocentos mil réis, concedida por Decreto de dezanove de Maio de mil oitocentos cincoenta e quatro a D. Francisca de Assiz Menezes de Macedo, viuva de Joaquim Teixeira de Macedo, em remuneração dos serviços por este prestados; revogadas para este fim as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 755 — de 19 de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 600.7000 concedida a D. Emilia Candida Vianna Basto, viuva do Coronel Antonio Rodrigues de Araujo Basto.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de seis-

centos mil réis, concedida por Decreto de dezanove de Maio de mil oitocentos cincoenta e quatro a D. Emilia Candida Vianna Basto, viuva do Coronel Antonio Rodrigues de Araujo Basto, em attenção aos relevantes serviços que prestou, revogadas para este fim as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 756 — de 19 de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 800.000 concedida a D. Rita Bernardina de Almeida, viuva do Almirante José Maria de Almeida.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de oitocentos mil réis, concedida por Decreto de sete de Dezembro de mil oitocentos quarenta e seis a D. Rita Bernardina de Almeida, viuva do Almirante José Maria de Almeida, revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 757 — de 19 de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual concedida a D. Maria Angelica Ferreira Mena Barreto, equivalente á metade do soldo que tinha seu marido.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual, concedida por Decreto de seis de Junho de mil oitocentos cincoenta e hum a D. Maria Angelica Ferreira Mena Barreto, viuva do Capitão do Estado Maior de segunda classe, Luiz Francisco Mena Barreto, equivalente á metade do soldo que tinha seu fallecido marido.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 758 — de 19 de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 1.200\$000 concedida a D. Francisca do Rego Barreto Pereira, viuva do Coronel Francisco Jacintho Pereira, e a suas quatro filhas solteiras.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de hum conto e duzentos mil réis, concedida por Decreto de onze de Agosto de mil oitocentos cincoenta e tres a D. Francisca do Rego Barreto Pereira, viuva do Coronel Francisco Jacintho Pereira, e ás suas quatro filhas solteiras Maria Jacintho Pereira, Francisca Jacintho Pereira, Joaquina Jacintho Pereira, e Umbelina Jacintho Pereira, sendo dous terços para a viuva, e hum terço para as filhas repartidamente.

Art. 2.º As agraciadas perceberão esta Pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 759 — de 19 de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 150,000 concedida ao Guarda Nacional Antonio da Cruz.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de cento e cincoenta mil réis, concedida por Decreto do Governo de dezenove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum ao Guarda Nacional Antonio da Cruz, ferido em combate na Provincia do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º O agraciado perceberá a mencionada Pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz

DECRETO N.º 760 — de 19 de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 193.7000 concedida ao Alferes reformado Rodrigo Lopes da Cunha Menezes.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de cento noventa e tres mil réis, concedida por Decreto de quatro de Junho de mil oitocentos cincoenta e tres a Rodrigo Lopes da Cunha Menezes, Alferes reformado da quarta classe do Exercito, em remuneração dos serviços prestados em campanha, onde fôra gravemente ferido em combate, sem prejuizo dos vencimentos de sua reforma.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezenove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 13.^a

DECRETO N.º 761 — de 22 de Julho de 1854.

Autorisa o Governo a conceder privilegio a particulares ou a Companhias, que emprehenderem a navegação por vapor nas aguas do Rio Parnahyba.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica o Governo autorisado a conceder a particulares ou a Companhias, que emprehenderem a navegação por vapor nas aguas do Rio Parnahyba, privilegio que não exceda de vinte annos, e huma subvenção correspondente á extensão e ao numero das viagens, que se effectuarem annualmente, a qual navegação se ligará pela maneira mais conveniente á do littoral, de que trata o numero quinto do Artigo primeiro da Lei numero seiscentos e trinta e dous de dezoito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum.

Art. 2.º O Governo para que se realice a navegação de que trata o referido numero quinto do Artigo primeiro da Lei numero seiscentos e trinta e dous de dezoito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum poderá augmentar a respectiva subvenção, designando os portos em que os vapores deverão tocar.

Art. 3.º As subvenções de que tratão os Artigos antecedentes serão submittidas á approvação do Corpo Legislativo.

Art. 4.º As despezas autorisadas por esta Resolução serão feitas pela receita ordinaria, e na falta, pelos mesmos meios estabelecidos na Lei do Orçamento para supprir o deficit

Art. 5.º Revogão-se as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio do Janeiro em vinte e dous de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 14.^aDECRETO N.^o 762—de 29 de Julho de 1854.

Declara que aos Officiaes da segunda Classe, tanto de terra, como de mar, competem quando em serviço, os mesmos vencimentos dos da primeira: e que, nesta conformidade, se lhes pague o que se lhes dever pelo tempo de serviço prestado.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.^o Aos Officiaes da 2.^a Classe do Exercito e da Armada competem os mesmos vencimentos, que aos da primeira Classe, quando empregados em serviço proprio desta ultima.

Art. 2.^o São devidos os respectivos vencimentos, pelo tempo de serviço prestado, na conformidade do Artigo antecedente, ao Capitão Virgílio Fogaça da Silva, e a todos os Militares de terra e mar, que estiverem em identicas circumstancias.

Art. 3.^o Ficão revogadas as disposições em contrario.

Pedro d'Alcantara Bellegarde, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Pedro d'Alcantara Bellegarde

DECRETO N.º 763 — de 29 de Julho de 1854.

Approva a Pensão annual de 120.000, concedida a Valeria Maria da Conceição, viuva de José Pereira Couto.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Único. Fica approvada a Pensão annual de cento e vinte mil réis, concedida por Decreto de vinte e dous de Maio de mil oitocentos cincoenta e hum a Valeria Maria da Conceição, viuva de José Pereira Couto, morto quando fazia parte da escolta, que perseguia os assassinos do Bacharel Trajano Alípio de Hollanda Chancon; revogadas para isso as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTÉ 1.^a

SECÇÃO 15.^a

DECRETO N.º 764 — de 5 de Agosto de 1854.

*Approva a Pensão annual de 600.000, concedida a D.
Maria do Carmo de Sousa Mello, viúva do Co-
ronel João Francisco de Mello.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Res-
olução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Único. Fica approvada a Pensão annual de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de trinta e hum de Maio do corrente anno a D. Maria do Carmo de Sousa Mello, em remuneração dos serviços prestados pelo seu fallecido marido o Coronel João Francisco de Mello, revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Agosto de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 765 — de 5 de Agosto de 1854.

*Approva a Pensão annual de 800.000, concedida a D.
Francisca Theodolina de Vasconcellos Gonçalves,
viúva do Tenente General Lazaro José Gonçalves.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Res-
olução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de oitocentos

mil réis, concedida por Decreto de tres de Junho de mil oitocentos cincoenta e quatro á D. Francisca Theodolina de Vasconcellos Gonçalves, viuva do Tenente General Lazaro José Gonçalves, em remuneração dos muitos e bons serviços por elle prestados.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Agosto de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.^aPARTE 1.^aSECÇÃO 16.^a

DECRETO N.º 766 — de 9 de Agosto de 1854.

Autorisa o Governo a conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Francez Lourenço Marechal.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica o Governo autorizado a conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Francez Lourenço Marechal; revogadas para este fim as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz

DECRETO N.º 767 — de 9 de Agosto de 1854.

Autorisa o Governo para conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro a Antonio Diodoro de Pascual, João Baptista Callogeras, e Padre Raphael Jacintho Ramos.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorisado para conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro á Antonio Diodoro de Pascual, subdito Hespanhol, João Baptista Callogeras, subdito Grego, e Padre Raphael Jacintho Ramos, subdito Portuguez.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 768 — de 9 de Agosto de 1854.

Autorisa o Governo para mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Direito de São Paulo a Thomaz Antonio de Paula Pessoa, e no mesmo anno da Faculdade de Medicina desta Côrte ao estudante Manoel Ignacio Barbosa Lage.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo he autorizado para mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Direito de São Paulo a Thomaz Antonio de Paula Pessoa, não obstante a falta de exame da lingua Ingleza; e admitti-lo a fazer acto do dito anno, depois de haver feito aquelle exame, e tendo tido como ouvinte a frequencia, que os Estatutos exigem para os alumnos matriculados.

Art. 2.º O Governo fica igualmente autorizado para mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Medicina da Côrte o estudante Manoel Ignacio Barbosa Lage, dispensado por enquanto do exame de Philosophia, devendo porém para ser admittido a fazer acto do anno mostrar-se habilitado com approvação deste exame preparatorio, e com a necessaria frequencia de ouvinte ás lições do mesmo primeiro anno medico.

Art. 3.º Ficão revogadas as Leis em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz

DECRETO N.º 769 — de 9 de Agosto de 1854.

Autorisa o Governò para reformar a Aula do Commercio desta Còrte, e a elevar até á quantia de vinte mil réis a contribuição dos alumnos.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para reformar a Aula do Commercio da Capital do Imperio, podendo desde já executar o novo plano, na parte em que este não importar accrescimo de despeza excedente de cinco contos de réis ao que actualmente custa este ensino.

O Governo he outrosim autorizado a elevar a contribuição dos alumnos até a quantia de vinte mil réis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 17.^a

DECRETO N.º 770 — de 16 de Agosto de 1854.

*Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da
Relação do Maranhão, João Candido de Deos e Silva.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a
Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por
Decreto de cinco de Junho de mil oitocentos cincoenta e
quatro a João Candido de Deos e Silva, Desembargador da
Relação do Maranhão, com o ordenado annual de hum conto
de réis.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Minis-
tro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha
assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro
em dezeseis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e quatro,
trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N.º 771 — de 16 de Agosto de 1854.

*Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da
Relação do Maranhão, Fernando Pacheco Jordão.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a
Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por
Decreto de cinco de Junho de mil oitocentos e cincoenta e
quatro ao Desembargador da Relação do Maranhão, Fernan-

do Pacheco Jordão , com o ordenado annual de hum conto e duzentos mil réis.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e quatro , trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N.º 772 — de 16 de Agosto de 1854.

Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador João Capistrano Rebello, Presidente da Relação do Maranhão.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de vinte cinco de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e tres ao Desembargador João Capistrano Rebello, Presidente da Relação do Maranhão , com o ordenado annual de tres contos de réis.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo , do Meu Conselho , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça , o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e quatro , trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 18.ª

DECRETO N.º 773 — de 23 de Agosto de 1854.

Marca os limites das Provincias de Goyaz e do Maranhão.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os limites das Provincias de Goyaz e do Maranhão são os rios Manoel Alves Grande desde a sua embocadura no rio Tocantins, procurando suas primeiras vertentes até encontrar as do rio Parnahyba; o dito rio Tocantins desde a foz do Manoel Alves Grande até a do Araguaya, no presidio de S. João de Araguaya, comprehendidas as ilhas proximas á margem direita; e deste ultimo ponto até encontrar as vertentes septentrionaes do rio Gurupy, de conformidade com o Auto de demarcação celebrado em nove de Julho de mil oitocentos e dezeseis, em cumprimento do Aviso Regio de onze de Agosto de mil oitocentos e treze, e Resolução de doze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous.

Art. 2.º Os mesmos limites terão as duas Dioceses de Goyaz e do Maranhão naquelles pontos; ficando o Governo autorizado para impetrar da Santa Sé as Bullas necessarias.

Art. 3.º Ficão revogadas as Leis em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e tres de Agosto de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPEEIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 19.^a

DECRETO N.º 774—de 31 de Agosto de 1854.

Autorisa o Governo a pagar a Manoel Ignacio da Silveira a quantia de 2.301\$980, valor do hiate — Pensamento Feliz.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica o Governo autorizado a pagar a Manoel Ignacio da Silveira a quantia de 2.301\$980, valor do seu hiate — Pensamento Feliz — que foi tomado para o serviço da Nação no Rio Grande do Sul em 1827; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Visconde de Paraná, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Agosto de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL
1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 20.^a

DECRETO N.º 775 — de 2 de Setembro de 1854.

Autorisa o Governo para alterar a Tabella que regula o quantitativo das esmolas das sepulturas, e o preço dos caixões, vehiculos de conducção dos cadaveres e serviço dos enterros; e para relevar a Santa Casa da Misericordia, a quem foi commettida a fundação e administração dos Cemiterios Publicos da Cidade do Rio de Janeiro, do encargo de manter e conservar, em tempos ordinarios, as tres enfermarias de que trata o Decreto N.º 583 de 5 de Setembro de 1850, até a epocha que se fixa.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado.

§ 1.º Para alterar a Tabella que regula o quantitativo das esmolas das sepulturas, e o preço dos caixões, vehiculos de conducção dos cadaveres, e serviço dos enterros, estabelecida em conformidade do § 2.º do Art. 1.º do Decreto N.º 583 de 5 de Setembro de 1850, relativo aos Cemiterios Publicos da Cidade do Rio de Janeiro, não obstante achar-se incompleto o decennio marcado.

§ 2.º Para relevar a Santa Casa da Misericordia, a quem foi commettida a fundação e administração dos ditos Cemiterios, do encargo de manter e conservar, em tempos ordinarios, as tres enfermarias de que trata o § 3.º do citado Art. 1.º até que esteja paga a divida contrahida pela mesma administração, e seja a sua receita bastante para satisfação do dito encargo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 21.^a

DECRETO N.º 776 — de 6 de Setembro de 1854.

Isenta a Fazenda Provincial do pagamento de certos impostos.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. A Fazenda Provincial fica isenta do pagamento dos seguintes impostos: siza dos bens de raiz, comprados ou vendidos por conta dos cofres Provinciaes; dizima de Chancelaria, e oito por cento sobre as loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes para qualquer fim de utilidade da Provincia: revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Paraná, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

DECRETO N.º 777 — de 6 de Setembro de 1854.

Declara comprehendidas na disposição do Art. 12 da Lei n.º 586 de 6 de Setembro de 1850, as duas loterias concedidas pela Assembléa provincial do Maranhão para as obras do Convento de Santo Antonio da Capital da mesma Provincia, extrahidas em 1852 e 1853.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. As duas loterias concedidas pela Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão , em beneficio das obras do Convento de Santo Antonio da Capital da mesma Provincia , extrahidas nos annos de 1852 e 1853 ficão comprehendidas na disposição do Art. 12 da Lei n.º 586 de seis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta , revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Paraná , Conselheiro d'Estado , Senador do Imperio , Presidente do Conselho de Ministros , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda , e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional , assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro , trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador

Visconde de Paraná.

DECRETO N.º 778 — de 6 de Setembro de 1854.

Declara que na venda de bens e terras da Capella de Itambé , na Provincia de Pernambuco , o Governo poderá affrontar aos individuos , que se acharem de posse dos ditos bens e terras.

Hei por bem Sancionar , e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Na venda dos bens e terras da Capella de Itambé , na Provincia de Pernambuco , decretada pelo Art. 4.º da Lei n.º 586 de 6 de Setembro de 1850 , o Governo poderá affrontar primeiramente , pelos preços das avaliações á que se proceder judicialmente , julgando-as razoaveis , aos individuos que , ou já se acharem , por qualquer titulo , em posse dos ditos bens e terras ou tiverem nestas bemfeitorias ; revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Paraná , Conselheiro d'Estado , Senador do Imperio , Presidente do Conselho de Ministros , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda , e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional , assim o tenha entendido

e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

LEI N.º 779 — de 6 de Setembro de 1854.

Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercício de 1855 — 1856.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte.

CAPITULO I.

Despeza Geral.

Art. 1.º A Despeza Geral do Imperio para o exercício de 1855—1856, he fixada na quantia de. . 32.441.246⁷/₁₀₀333

A qual será distribuida pelos seis diversos Ministerios na fórma especificada nos Artigos seguintes.

Art. 2.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio he autorisado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 4.843.636⁷/₁₀₀000

A saber :

1.º Dotação de S. M. o Imperador....	800.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
2.º Dita de S. M. a Imperatriz.....	96.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
3.º Alimentos da Princeza Imperial a Senhora D. Isabel.....	12.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
4.º Ditos da Princeza a Senhora D. Leopoldina.....	6.000 ⁷ / ₁₀₀ 000

5.º Dotação da Princeza a Senhora D. Januaria, e aluguel de casas....	102.000 7 000
6.º Dita de S. M. a Imperatriz do Brasil, viuva, a Duqueza de Bragança..	50.000 7 000
7.º Alimentos do Principe o Senhor D. Luiz	6.000 7 000
8.º Ditos da Princeza a Senhora D. Maria Isabel	6.000 7 000
9.º Ditos do Principe o Senhor D. Philippe.....	6.000 7 000
10. Ordenados dos mestres da Familia Imperial.....	4.200 7 000
11. Secretaria d'Estado	40.800 7 000
12. Gabinete Imperial	1.900 7 000
13. Conselho d'Estado... ..	28.800 7 000
14. Presidencias das Provincias.....	231.000 7 000
15. Camaras dos Senadores e Secretaria.....	238.100 7 000
16. Dita dos Deputados e idem	316.540 7 000
17. Ajudas de custo de vinda e volta dos Deputados.....	50.700 7 000
18. Cursos Juridicos.....	105.760 7 000
19. Escolas de Medicina	87.079 7 000
20. Academia de Bellas Artes.....	21.074 7 000
21. Musêo.....	8.680 7 000
22. Hygiene publica.....	23.500 7 000
23. Empregados de visitas de saude nos portos	20.000 7 000
24. Lazaretos.....	20.000 7 000
25. Instituto vacinico.....	14.400 7 000
26. Commissão de Engenheiros	6.146 7 000
27. Canaes, pontes, estradas, e outras obras publicas, geraes e Provincias	500.000 7 000
28. Correio Geral e Paquetes de vapor.	1.152.000 7 000
29. Repartição geral das terras publicas, medição destas e colonisação....	564.000 7 000
30. Catechese e civilisação de Indios..	40.000 7 000
31. Colonias Militares	50.000 7 000
32. Estabelecimento de Educandas no Pará.	2.000 7 000
33. Archivo publico.....	7.420 7 000
34. Eventuaes.....	30.000 7 000

No Município da Córte.

35. Instrução primaria e secundaria...	49.016 7 000
36. Aula do Commercio	4 900 7 000
37. Bibliotheca publica	14.638 7 000
38. Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas.....	13.064 7 000
39. Dito do Passeio Publico	3.949 7 000
40. Instituto Historico Geographico Bra- sileiro	2.000 7 000
41. Imperial Academia de Medicina...	2.000 7 000
42. Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional	4.000 7 000
43. Hospital dos Lazaros.....	2.000 7 000
44. Obras publicas	100.000 7 000
45. Exercícios findos	7

Art. 3.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Ne-
gocios da Justiça he autorizado para despendere com os
objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia
de..... 2.669.523~~7~~501

A saber :

1.º Secretaria d'Estado.....	35.800 7 000
2.º Tribunal Supremo de Justiça.....	105.400 7 000
3.º Relações.....	270.886 7 672
4.º Justiças de primeira Instancia, ele- vados, desde já, a 600 7 000 os ordenados dos Juizes Municipaes, e dos Juizes de Orphãos que os tiverem menores	651.200 7 000
5.º Policia e segurança publica	74.000 7 000
6.º Pessoal da Policia.....	127 000 7 000
7.º Guarda Nacional	165 621 7 500
8.º Telegraphos, e estabelecimentos de telegraphos electricos.....	26.480 7 400
9.º Bispos, Cathedraes, Relação Metro- politana, Parochos, Vigarios geraes e Provisores, igualados os venci- mentos dos Conegos das Cathedraes	

aos que tem os do Maranhão e S. Paulo	551.345 \$ 500
10. Seminarios episcopaes, igualados os Ordenados dos Lentes do Seminario do Maranhão e do Seminario grande da Bahia, aos dos Lentes dos Seminarios de Pernambuco e do Pará	46.700 \$ 000
11. Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro	62.710 \$ 000
12. Tribunaes do Commercio	19.620 \$ 000
13. Repressão do trafico de Africanos ..	25.000 \$ 000
14. Eventuaes	10.000 \$ 000

No Municipio da Córte.

15. Culto publico	4.547 \$ 720
16. Corpo Municipal Permanente	296.211 \$ 700
17. Casa de Correccão e reparos de Caddas	64.000 \$ 000
18. Conducção e sustento de presos ..	20.000 \$ 000
19. Illuminação publica	113.000 \$ 000
20. Exercicios findos	\$

Art. 4.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros he autorisado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 612.753 \$ 421

A saber :

1.º Secretaria d'Estado	46.545 \$ 088
2.º Legações e Consulados, ao cambio de 27	418.275 \$ 000
3.º Empregados em disponibilidade, idem ..	7.933 \$ 333
4.º Extraordinaria no exterior, idem ..	110.000 \$ 000
5.º Ditas no interior em moeda do Paiz ..	30.000 \$ 000
6.º Exercicios findos	\$

Art. 5.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha he autorisado para despende com os

objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 4.334.775~~7~~500

A saber:

1.º Secretaria d'Estado.....	32.200 7 000
2.º Quartel General de Marinha.....	4.823 7 190
3.º Conselho Supremo Militar.....	3.600 7 000
4.º Auditoria e Executoria.....	3.090 7 000
5.º Corpo d'Armada e Classes annexas.	349.710 7 840
6.º Batalhão Naval.....	27.685 7 380
7.º Corpo de Imperiaes Marinheiros...	54.565 7 200
8.º Companhia de Invalidos.....	7.882 7 560
9.º Contadorias.....	29.800 7 000
10. Intendencias e accessorios.....	43.415 7 440
11. Arsenaes, igualados os vencimentos do Almoxarife e do Escrivão do Arsenal de Pernambuco aos que tem os da Bahia.....	712.129 7 430
12. Capitancias de Portos.....	65.974 7 190
13. Força Naval.....	920.727 7 820
14. Navios desarmados.....	24.232 7 800
15. Hospitaes.....	23.796 7 800
16. Pharóes.....	30.000 7 000
17. Academia de Marinha.....	25.142 7 000
18. Escolas.....	1.304 7 000
19. Bibliotheca de Marinha.....	1.223 7 600
20. Reformados.....	49.089 7 250
21. Material.....	1.502.626 7 370
22. Obras.....	240.000 7 000
23. Despezas extraordinarias e eventuaes.	181.756 7 636
24. Exercícios findos.....	7

Art. 6.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra he autorizado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 8.387.749~~7~~722

A saber:

1.º Secretaria d'Estado e Repartições annexas.....	82.988 7 860
2.º Contadoria geral.....	36.440 7 000

3.º Conselho Supremo Militar.....	35.126 7 000
4.º Pagadoria das Tropas.....	12.300 7 000
5.º Escola Militar e Observatorio Astro- nomico.....	78.339 7 400
6.º Arsenaes de Guerra, armazens de artigos bellicos, e Conselhos ad- ministrativos	1.369.522 7 004
7.º Hospitaes.....	172.323 7 000
8.º Commandos de Armas e Inspecção dos Corpos.....	63.571 7 300
9.º Officiaes do Exercito e Reformados.	953.947 7 743
10. Força de Linha.....	3.829.544 7 240
11. Corpo de Saude.....	180.187 7 700
12. Repartição Ecclesiastica.....	35.268 7 000
13. Gratificações, forragens, etape, ajudas de custo e gratificações diversas.	238.494 7 420
14. Invalidos.....	46.764 7 125
15. Pedestres	192.147 7 900
16. Recrutamento e engajamento.....	300.000 7 000
17. Fabricas	118.822 7 600
18. Presidio da Ilha de Fernando.....	28.854 7 480
19. Obras militares, incluida a construc- ção na Capital do Imperio de hum Quartel para Cavallaria, e sendo vinte contos de réis para reparo da Fortaleza do Cabedello da Pa- raryba.....	420.000 7 000
20. Diversas despezas eventuaes.....	192.608 7 000
21. Exercicios findos	7

Art. 7.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Ne-
gocios da Fazenda he autorizado para despendar com os
objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia
de..... 11.592.808~~7~~ 189

A saber :

1.º Juros e amortisação da divida externa calculada ao cambio de 27.	3.823.440 7 000
2.º Juros da divida interna fundada...	3.462.216 7 000
3.º Ditos da dita inscripta antes da emis- são das respectivas Apolices, e pagamento em dinheiro das quantias	

da mesma divida menores de quatro centos mil réis, na fórma do Art. 95 da Lei de 24 de Outubro de 1832.....	20.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
4.º Caixa de Amortisação, filial da Bahia, e empregados no resgate e substi- tuição do papel moeda.....	38 980 ⁷ / ₁₀₀ 000
5.º Pensionistas do Estado.....	505 485 ⁷ / ₁₀₀ 394
6.º Aposentados.....	333 016 ⁷ / ₁₀₀ 129
7.º Empregados de Repartições extinctas.	43 362 ⁷ / ₁₀₀ 666
8.º Thesouro Nacional.....	333 200 ⁷ / ₁₀₀ 000
9.º Thesourarias.....	487 578 ⁷ / ₁₀₀ 000
10. Juizo dos Feitos da Fazenda.....	51 218 ⁷ / ₁₀₀ 000
11. Alfandegas.....	1 181 149 ⁷ / ₁₀₀ 000
12. Consulados.....	174 104 ⁷ / ₁₀₀ 000
13. Recebedorias.....	94 650 ⁷ / ₁₀₀ 000
14. Mesas de Rendas e Collectorias.....	247 686 ⁷ / ₁₀₀ 000
15. Casa da Moeda.....	111 600 ⁷ / ₁₀₀ 000
16. Officina e armazem do papel sellado.	71 400 ⁷ / ₁₀₀ 000
17. Typographia Nacional.....	41 100 ⁷ / ₁₀₀ 000
18. Officina de Apolices.....	3 360 ⁷ / ₁₀₀ 000
19. Administração de Proprios Nacionaes.	21 155 ⁷ / ₁₀₀ 000
20. Dita de terrenos diamantinos.....	11 078 ⁷ / ₁₀₀ 000
21. Ajuda de custo a Empregados da Fazenda	12 000 ⁷ / ₁₀₀ 000
22. Curadorias de Africanos livres.....	2 000 ⁷ / ₁₀₀ 000
23. Medição de terrenos de Marinhãs..	3 000 ⁷ / ₁₀₀ 000
24. Premios de Letras, descontos de as- signados das Alfandegas, Commis- sões, corretagens e seguros.....	100.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
25. Juros dos Empréstimos do Cofre dos Orphãos.....	80 000 ⁷ / ₁₀₀ 000
26. Reposições e Restituições de Direitos e outras.....	50.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
27. Corte e conducção do pão brasil..	60.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
28. Obras.....	200 000 ⁷ / ₁₀₀ 000
29. Gratificações.....	10.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
30. Eventuaes.....	20.000 ⁷ / ₁₀₀ 000
31. Exercícios findos.....	⁷ / ₁₀₀
32. Pagamento de Empréstimos do Cofre dos Orphãos.....	⁷ / ₁₀₀
33. Dito dos bens de defuntos e ausentes.	⁷ / ₁₀₀
34. Dito de depositos de qualquer origem.	⁷ / ₁₀₀

CAPITULO II.

Receita Geral.

Art. 8.º A Receita Geral do Imperio
he orçada na quantia de..... 34.000.000 ~~7~~ 000

Art. 9.º Esta Receita será effectuada com o producto da Renda Geral arrecadada dentro do exercicio da presente Lei, sobre os titulos abaixo designados :

- 1.º Direitos de importação para Consumo.
- 2.º Ditos de baldeação e reexportação.
- 3.º Ditos idem para a Costa d'Africa.
- 4.º Expediente dos generos estrangeiros despachados com Carta de Guia.
- 5.º Dito dos generos do Paiz.
- 6.º Dito dos ditos livres.
- 7.º Armazenagem.
- 8.º Premio de Assignados.
- 9.º Multas.
10. Ancoragem.
11. Direitos de quinze por cento das Embarcações estrangeiras que passam a Nacionais.
12. Ditos de cinco por cento na compra e venda de Embarcações.
13. Ditos de cinco por cento de exportação.
14. Ditos de dous por cento, idem.
15. Ditos de hum por cento, idem do ouro em barra.
16. Ditos de meio por cento dos diamantes.
17. Expediente das Capatazias.
18. Multas.
19. Renda do Correio Geral.
20. Dita da Casa da Moeda.
21. Dita da senhoriagem da prata.
22. Dita da Typographia Nacional.
23. Dita da Casa de Correção.
24. Dita da Fabrica da Polvora.
25. Dita da de ferro de Ypanema.
26. Dita dos Arsenaes.
27. Dita de Proprios nacionaes.
28. Dita de terrenos diamantinos.
29. Fóros de terrenos e de marinhas.
30. Laudemios.

31. Siza dos bens de raiz.
32. Decima de huma legua além da demarcação.
33. Dita addicional das Corporações de mão morta.
34. Direitos novos e velhos, e de Chancellaria.
35. Ditos das patentes dos Officiaes da Guarda Nacional.
36. Dizima da Chancellaria.
37. Joias das Ordens honorificas.
38. Matricula dos Cursos Juridicos.
39. Dita das Escolas de Medicina.
40. Multas por infracção de Regulamentos.
41. Legitimações.
42. Sello de papel fixo e proporcional, ficando extinto o das cartas de jogar.
43. Premios de Depositos Publicos.
44. Patentes dos despachantes e corretores.
45. Feitio dos titulos dos mesmos.
46. Emolumentos da Secretaria do Tribunal do Commercio.
47. Ditos das Repartições de Fazenda.
48. Imposto sobre lojas, casas de descontos, &c.
49. Dito sobre casas de moveis, roupa, &c., fabricados em paiz estrangeiro.
50. Dito sobre barcos do interior.
51. Dito de oito por cento das loterias.
52. Dito de oito por cento dos premios das mesmas.
53. Dito sobre a mineração.
54. Dito sobre datas mineraes.
55. Taxa dos escravos.
56. Venda do pão brasil.
57. Cobrança da Divida activa.

Peculiares do Municipio.

58. Dizimos.
59. Decima Urbana.
60. Terças partes de officios.
61. Emolumentos de Policia.
62. Imposto sobre as casas de leilão e modas.
63. Dito de patente no consumo da aguardente.
64. Dito do gado do consumo.
65. Meia siza de escravos.
66. Sello de heranças e legados.
67. Rendimentos do evento.

Extraordinaria.

- 68. Contribuição para o Monte-Pio.
- 69. Indemnisações.
- 70. Juros de Capitaes nacionaes.
- 71. Reposições e restituições.
- 72. Venda de Proprios nacionaes e generos.
- 73. Receita eventual.

Depositos.

- 1.º Emprestimo do cofre dos Orphãos.
- 2.º Bens de defuntos e ausentes.
- 3.º Consumo das Alfandegas e Consulados.
- 4.º Premios de Loterias.
- 5.º Salario de Africanos livres.
- 6.º Depositos de diversas origens.

Art. 10. O Governo fica autorisado para emittir bilhetes do Thesouro até a somma de quatro mil contos, como anticipação de receita no exercicio desta Lei.

CAPITULO III.

Disposições geraes.

Art. 11. O Governo fica autorisado para :

§ 1.º Auxiliar as publicações do Instituto Historico Geographico Brasileiro com a quantia que não exceda a dous contos de réis, além da votada no paragrapho quarenta do Artigo segundo.

§ 2.º Supprir as Cathedraes com os paramentos indispensaveis.

§ 3.º Adquirir desde já por compra o trapiche da Ilha das Cobras.

§ 4.º Despender desde já até cem contos de réis com a construcção de hum Casa de Moeda.

§ 5.º Mandar cunhar desde já moedas de ouro do valor de cinco mil réis, e de prata de duzentos réis.

Art. 12. Só os Vigarios Geraes e Provisores das sédes Episcopaes serão pagos pelo Thesouro Nacional, ficando os vencimentos de todos estes igualados aos que tem os do Pará.

Art. 13. Fica reduzida a cinco por cento a taxa do juro do emprestimo do cofre dos Orphãos; e a receita proveniente deste emprestimo será escripturada sob o titulo — operações de credito. —

Art. 14. A disposição do Artigo quinto da Lei numero seiscentos oitenta e tres de cinco de Julho de mil oitocentos cincoenta e tres, comprehende desde já o fundo incorporado do Banco do Brasil.

Art. 15. Os direitos de cinco por cento da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de mil oitocentos e quarenta e hum, serão desde já cobrados por inteiro sómente nas primeiras nomeações; e nas aposentadorias, reformas e jubilações, devendo-se cobrar apenas do excesso do vencimento nos casos de remoção para outra Repartição do mesmo ou de diversos Ministerios, e das Provisões successivas de Parochos encommendados.

Art. 16. Os Juizes de Direito em correição examinarão se os Escrivães de execuções, e Tabelliães remettêrão no devido tempo ás Estações de Fazenda as certidões das escripturas de compra e venda de bens de raiz celebradas pelos seus cartorios; impondo aos remissos a pena de suspensão até o cumprimento deste dever.

Art. 17. Fica revogada a segunda parte do Artigo primeiro da Lei numero seiscentos quarenta e sete de sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous; e em seu inteiro vigor o Artigo oitavo da Lei numero duzentos trinta e quatro de vinte tres de Novembro de mil oitocentos quarenta e hum.

Art. 18. Ficão pertencendo aos proprios das respectivas Provincias:

1.º O Edificio da extincta Casa da Moeda da Bahia.

2.º O Predio que serve de Recebedoria na Parahybuna da Provincia de Minas Geraes.

3.º O Predio da Alfandega velha da Provincia da Parahyba.

4.º A Casa da Assembléa Provincial, outr'ora do Conselho da Provincia do Ceará.

Art. 19. Os Premios dos bilhetes de Loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes, que não forem cobrados no tempo marcado nos Regulamentos, serão recolhidos nos cofres Provinciaes, e terão o destino que lhes for dado pelas ditas Assembléas.

Art. 20. Os fóros e laudemios dos terrenos foreiros do extincto Convento de Santa Theresa da Bahia, serão arrecadados pelo Seminario Archiepiscopal como renda do seu patrimonio, na conformidade do Artigo onze, paragrapho settimo da Lei numero seiscentos e vinte oito de dezete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum.

Art. 21. As despesas autorisadas por estas e outras

Leis promulgadas no corrente anno, sem decretação de fundos correspondentes, serão pagas pelos mesmos meios votados para pagamento das que são contempladas com quantia definida nas rubricas respectivas.

Art. 22. Ficão em vigor todas as disposições da Lei do Orçamento antecedente, que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despeza, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 23. Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contem. O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Visconde de Paraná.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sancionar, orçando a Receita e fazendo a Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1855 a 1856, e dando outras providencias, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

José Pedro de Azevedo Peçanha a fez.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 14 de Setembro de 1854.

Josino do Nascimento Silva.

Nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda foi publicada a presente Lei em 18 de Setembro de 1854.

José Severiano da Rocha , servindo de Official Maior.

Registrada a fl. 32 , do livro das Cartas de Leis e Decretos do Poder Legislativo , em 18 de Setembro de 1854.

José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.^a

PARTE 1.^a

SECÇÃO 22.^a

DECRETO N.º 780 — de 9 de Setembro de 1854.

Autorisa a transferir para o Corpo de Engenheiros, na qualidade de Alferes Alumno, o Guarda Marinha Antonio da Costa Barros Velloso.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorizado para transferir para o Corpo de Engenheiros, na qualidade de Alferes Alumno, o Guarda Marinha Antonio da Costa Barros Velloso; revogadas as disposições em contrario.

José Maria da Silva Paranhos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Maria da Silva Paranhos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.^aPARTE 1.^aSECÇÃO 23.^a

DECRETO N.º 781 — de 10 de Setembro de 1854.

Autorisa o Governo a reformar as Secretarias d'Estado dos Negocios do Imperio, Justiça e Estrangeiros, e as Secretarias de Policia da Côrte e Provincias; bem como a despendar as quantias, que se marcão, com a fundação de hum Instituto de cegos, com a construcção e reparos de edificios para os Seminarios Episcopaes, e com a creação de Faculdades Theologicas em dous dos actuaes Seminarios Episcopaes.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para reformar as Secretarias d'Estado dos Negocios do Imperio, Justiça e Estrangeiros, fazendo as necessarias modificações nos respectivos Regulamentos das Repartições dos mesmos Ministerios; e podendo pôr logo em execução a reforma que fizer, a qual submeterá depois á approvação do Poder Legislativo.

Art. 2.º Fica do mesmo modo autorizado :

§ 1.º A reformar os Regulamentos das Secretarias de Policia da Côrte e Provincias; marcando ordenados fixos aos Empregados dellas, e alterando a tabella dos emolumentos, como mais conveniente for, passando estes a fazer parte da Receita Geral.

§ 2.º A despendar quinze contos de réis com a fundação de hum Instituto de cegos; quarenta contos de réis com construcções e reparos de edificios para os Seminarios Episcopaes; e quinze contos de réis com a creação de Faculdades Theologicas em dous dos actuaes Seminarios Episcopaes.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Ja-

neiro em dez de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro , trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PART. 4.^a

SECÇÃO 24.^a

DECRETO N.º 782 — de 12 de Setembro de 1854.

Autorisa o Governo para mandar pagar ao Padre Leonardo Antunes Meira Henriques o que se lhe dever de congruas, como Vigário Geral do Bispado de Pernambuco.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorizado para mandar pagar ao Padre Leonardo Antunes Meira Henriques o que se lhe dever da congrua vencida como Vigário Geral do Bispado de Pernambuco, do primeiro de Outubro de mil oitocentos e quarenta e nove ao ultimo de Junho de mil e oitocentos e cincoenta; revogadas as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N.º 783 — de 12 de Setembro de 1854.

Approva a aposentadoria concedida ao Bacharel Cyrino Antonio de Lemos, no Lugar de Secretario do Supremo Tribunal de Justiça.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida, por

Decreto de vinte seis de Maio de mil oitocentos e cincoenta quatro, ao Bacharel Ciryno Antonio de Lemos, Secretario do Supremo Tribunal de Justiça, com o ordenado annual de hum conto seiscentos e sessenta e dous mil e duzentos réis.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N.º 784 — de 12 de Setembro de 1854.

Approva a Pensão annual de 600 \$000 concedida á Viscondeza da Laguna.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de vinte e nove de Novembro de mil oitocentos trinta e nove á Viscondeza da Laguna, em remuneração dos serviços prestados por seu fallecido marido o Visconde da Laguna.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 785 — de 12 de Setembro de 1854.

Approva a Pensão annual de 1.000~~7~~000 concedida ao Coronel da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro, Manoel Adolpho Charão.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de hum conto de réis, concedida por Decreto de quatorze de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro ao Coronel da Guarda Nacional da Provincia de São Pedro, Manoel Adolpho Charão; revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 786 — de 12 de Setembro de 1854.

Approva a Pensão annual de 400~~7~~000 concedida a D. Marianna Felippa de Assiz, viuva de Francisco de Assiz de Azeredo Coutinho.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de quatrocentos mil réis, concedida por Decreto de dezoito de Julho de mil oitocentos trinta e tres á viuva D. Marianna Felippa de Assiz, em remuneração dos serviços prestados por seu fallecido marido Francisco de Assiz de Azeredo Coutinho, Contador que foi da Thesouraria de Minas Geraes; revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro

em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 787 — de 12 de Setembro de 1854.

Approva a Pensão annual de 150~~0~~000 concedida ao Primeiro Tenente graduado da Armada Antonio José Pereira Leal.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de cento e cincoenta mil réis, concedida por Decreto de dous de Dezembro de mil oitocentos trinta e nove, ao Primeiro Tenente graduado da Armada Antonio José Pereira Leal, gravemente ferido em combate na occasião da tomada da Villa da Laguna; revogadas para este fim as Leis e disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 788 — de 12 de Setembro de 1854.

Approva a jubilação concedida ao Doutor Antonio Maria de Miranda e Castro no lugar de Lente substituto da Faculdade de Medicina desta Corte,

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a jubilação concedida por Decreto de 31 de Maio de 1854 ao Doutor Antonio Maria de Miranda e Castro, no lugar de Lente substituto da Faculdade de Medicina desta Côrte, com o vencimento annual de hum conto e duzentos mil réis.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 789 — de 12 de Setembro de 1854.

Approva as Tabellas de ordenados e gratificações dos Lentes, Substitutos, e Empregados das Faculdades de Direito, e Medicina do Imperio, annexas aos Decretos N.ºs 1.386 e 1.387 de 28 de Abril do corrente anno.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º As Tabellas de ordenados e gratificações annexas aos Decretos N.ºs 1.386 e 1.387 de 28 de Abril de 1854, com que são reformadas as Academias de Direito e as Escolas de Medicina, ficam approvadas com as seguintes declarações:

1.ª Os Substitutos ainda quando se achem em effectivo exercicio do magisterio em qualquer cadeira não vencerão outra gratificação além daquella que lhes he fixada nas Tabellas.

2.ª Os Secretarios terão hum conto de réis de ordenado e hum conto de réis de gratificação. Os das Faculdades de Direito, em quanto estes lugares forem occupados pelos Lentes mais antigos, segundo o Art. 153 do Decreto N.º 1.386, vencerão somente a gratificação annual de seiscentos mil réis.

3.ª Os Lentes de Clinica terão huma gratificação addicional de seiscentos mil réis annualmente: desta gratificação não serão excluidos os que forem Medicos das Casas de Misericordia,

4.ª Os Professores dos Cursos de preparatorios annexos ás Faculdades de Direito terão os mesmos vencimentos dos Professores actuaes do Collegio de Pedro Segundo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.^a

PARTE 1.^a

SECÇÃO 25.^a

DECRETO N.º 790 — de 14 de Setembro de 1854.

*Declara que Luiz Gomes da Cunha tem direito á Pensão
approvada em 18 de Agosto de 1852 desde 2 de
Dezembro de 1839.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a
Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Único. Luiz Gomes da Cunha tem direito á Pensão
approvada em dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta
e dous, desde dous de Dezembro de mil oitocentos trinta e
nove, data do Decreto pelo qual lhe foi ella concedida; fi-
cando revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho,
Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio,
o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de
Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos cincoenta
e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 791 — de 14 de Setembro de 1854.

*Concede á Camara Municipal da Cidade da Victoria o te-
lheiro que outr'ora servia para arrecadação do dizimo
do peixe.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a
seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Único. Fica pertencendo á Camara Municipal da
Cidade da Victoria, Capital da Provincia do Espirito Santo,

o telheiro que outr'ora servia para arrecadação do dizimo do peixe, a fim de estabelecer nelle huma praça de mercado; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Visconde de Paraná, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

DECRETO N.º 792 — de 14 de Setembro de 1854.

Approva a aposentadoria concedida a Joaquim Antonio Leitão, no lugar de Official-maior da Secretaria da Thesouraria da Provincia da Parahyba.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de 30 de Setembro de 1846, a Joaquim Antonio Leitão, no lugar de Official-maior da Secretaria da Thesouraria da Provincia da Parahyba, com o ordenado que lhe competir na fórma da Lei de 4 de Outubro de 1844, em attenção ás molestias que o inhabilitão de continuar no referido emprego, onde conta dezenove annos de bons serviços; revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

O Visconde de Paraná, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

DECRETO N.º 793 — de 14 de Setembro de 1854.

Approva a aposentadoria concedida a José Lopes Rosa, no lugar de primeiro escriptuario da Contadoria da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto do 1.º de Junho do anno passado a José Lopes Rosa, no lugar de primeiro escriptuario da Contadoria da Thesouraria de Pernambuco, com o ordenado que lhe competir na fórma da Lei de 4 de Outubro de 1831, em attenção ao seu estado de molestia, que o inhabilita de continuar no referido emprego, onde conta trinta e quatro annos de serviço; revogadas para este fim as disposições em contrario.

O Visconde de Paraná, Conselheiro d'Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Paraná.

DECRETO N.º 794 — de 14 de Setembro de 1854.

Approva a Pensão annual de 120,7000 concedida ao Guarda Nacional Francisco Matheus da Silva.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a Pensão annual de cento e vinte mil réis, concedida por Decreto de vinte de Maio do corrente anno a Francisco Matheus da Silva, Guarda Nacional do Esquadrão de Cavallaria da Capital da Provincia de Minas Geraes, revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Minis-

tro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 795 — de 14 de Setembro de 1854.

Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a varios individuos.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorisado para conceder Carta de Nataralisação de Cidadão Brasileiro a Manoel Francisco Ribeiro d'Abreu, natural de Portugal; Carlos Petrazi, natural do Grão Ducado de Meklemburgo Strelitz; Manoel Dias Moreira, natural de Portugal; João Glyem, natural de Inglaterra; Manoel Alves Castello, natural de Portugal; Julio Cesar Andreini, natural de Italia; e a Carlos Jansen, Allemão.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica pe Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 796 — de 14 de Setembro de 1854.

Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a varios individuos.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo he autorisado para conceder Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Padre Joaquim Ferreira dos Santos, Bacharel Bernardo Texeira de Moraes Leite Velho, Duarte Guilherme Corrêa de Mello, e João José de Almeida Cruz, e ao subdito Sardo Padre José Guecco, ficando para este fim revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 797 — de 14 de Setembro de 1854.

Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação de Cidadã Brasileira a Emilia Eulalia Nervi.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. He o Governo autorisado para conceder Carta de naturalisação de Cidadã Brasileira a Emilia Eulalia Nervi, natural de Genova, ficando para isso dispensada a disposição do Art. 1.º do Decreto n.º 291 de 30 de Agosto de 1843.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 26.^a

DECRETO N.º 798 — de 16 de Setembro de 1854.

Crea huma nova Freguezia nesta Cidade, tirada das de Sant' Anna, Sacramento e São José, dando-lhe o Governo nome, e marcando-lhe territorio, ouvido o Bispo Diocesano.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica creada huma nova Freguezia nesta Cidade do Rio de Janeiro, a qual será tirada das Freguezias de Santa Anna, Sacramento e São José, dando-lhe o Governo nome, e marcando-lhe territorio, ouvido o Bispo Diocesano.

Art. 2.º Enquanto se não construir huma Igreja que sirva de Matriz dessa nova Freguezia, servirá provisoriamente como tal a Capella de Santo Antonio dos Pobres, e o Governo, ouvido o Bispo Diocesano, dará as convenientes providencias para que se satisfaça á todas as necessidades do Culto com a unica Irmandade existente na mesma Capella.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

LEI N.º 799 — de 16 Setembro de 1854.

Declara que aos Tribunaes do Commercio compete o julgamento em Segunda instancia das Causas commerciaes com alçada até cinco contos de réis; ficando comprehendidos nesta jurisdicção os Commerçiantes matriculados, e não matriculados; e dá outras providencias.

Dom Pedro, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º Compete aos Tribunaes do Commercio o julgamento em segunda instancia das causas commerciaes com alçada até cinco contos de réis. Nesta jurisdicção são comprehendidos os Commerçiantes matriculados e não matriculados.

Os Tribunaes do Commercio para julgarem em segunda instancia se comporão dos seus membros ordinarios, e de mais tres Desembargadores na Capital do Imperio, e dous nas Provincias, os quaes serão designados pelo Governo d'entre os da respectiva Relação.

A fórma do processo para o exercicio desta nova jurisdicção será estabelecida pelos Regulamentos do Governo.

Art. 2.º Nas Provincias onde existirem Relações serão estabelecidos Tribunaes do Commercio, se o Governo julgar conveniente.

Art. 3.º Para julgamento das causas commerciaes em primeira instancia serão nomeados Juizes de Direito especiaes nas Capitães, onde funcionarem os Tribunaes do Commercio.

Art. 4.º Ficão revogadas as Leis em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que o cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dezeseis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

José Thomaz Nabuco de Araújo.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, declarando que aos Tribunaes do Commercio compete o julgamento em segunda instancia das Causas commerciaes com alçada até cinco contos de réis, comprehendidos nesta jurisdicção os Commerciantes matriculados e não matriculados, e dando outras providencias : na fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Antonio Alves de Miranda Varejão a fez.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Seliada na Chancellaria do Imperio em 22 de Setembro de 1854.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em 25 de Setembro de 1854.

Josino do Nassimento Silva.

DECRETO N.º 800 — de 16 de Setembro de 1854.

Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador da Relação de Pernambuco, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de tres de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, ao Desembargador da Relação de Pernambuco, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, com o vencimento annual de hum conto e duzentos mil réis; revogadas as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o

tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N.º 801 — de 16 de Setembro de 1854.

Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Joaquim José Pacheco, em hum Lugar da Relação da Côrte.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de doze de Junho de mil oitocentos cincoenta e quatro, ao Juiz de Direito Joaquim José Pacheco, em hum Lugar da Relação da Côrte, com o ordenado annual de novecentos e doze mil réis.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N.º 802 — de 16 de Setembro de 1854.

Approva a aposentadoria concedida ao Bacharel Luiz Paulino da Costa Lobo, no Lugar de Juiz de Direito da Comarca de Marvão, ora denominada do Principe Imperial.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de vinte de Agosto de mil oitocentos cincoenta e tres, ao Bacharel Luiz Paulino da Costa Lobo, no Lugar de Juiz de Direito da Comarca do Marvão, ora denominada do Principe Imperial, na Provincia de Piauhy, com o ordenado annual de setecentos e vinte mil réis, comprehendida nesta quantia a Pensão de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de treze de Maio de mil oitocentos quarenta e hum; revogadas para este fim as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.

PARTE 1.^aSECÇÃO 27.^a

DECRETO N.º 803 — de 20 Setembro de 1854.

Autorisa o Governo a conceder ás Companhias Anglo-Brasileira, Luso-Brasileira, e a outras quaesquer que se apresentarem em idênticas circumstancias, os mesmos favores e isenções concedidas á Real Companhia de Southampton.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorisado a conceder, mediante as condições que julgar convenientes, ás Companhias Anglo-Brasileira, Luso-Brasileira, e a outras quaesquer que se apresentarem em idênticas circumstancias, os mesmos favores e isenções concedidas á Real Companhia de Southampton, revogadas para este fim as Leis e disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio Janeiro em vinte de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1854.

TOMO 15.^aPARTE 1.^aSECÇÃO 28.^a

DECRETO N.º 804 — de 23 de Setembro de 1854.

*Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito
Francisco de Sousa Martins.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de vinte dous de Agosto de mil oitocentos e cincoenta, ao Juiz de Direito Francisco de Sousa Martins, com o ordenado por inteiro de hum conto e seiscentos mil réis.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

DECRETO N.º 805 — de 23 de Setembro de 1854.

*Autorisa o Governo para reformar a Academia das Bellas
Artes.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica o Governo autorisado para reformar a Academia das Bellas Artes, observando as seguintes disposições:

1.^a Conservará as cadeiras actuaes de Architectura, Escultura, Pintura, Gravura, Paisagem, Desenho e Anatomia.

2.^a Creará as Aulas de Desenho geometrico, Desenho de ornatos, Escultura de ornatos, Mathematicas applicadas e Historia das Bellas Artes.

3.^a Supprimirá os lugares de Substitutos, conservando porém os actuaes até que lhes possa dar conveniente destino.

4.^a Annexará o Conservatorio de Musica á Academia das Bellas Artes, continuando porém aquelle Estabelecimento a manter-se com os seus proprios recursos.

5.^a Creará o lugar de Conservador e Restaurador de quadros.

6.^a Dará novos Estatutos á Academia para a execução da presente Lei, regulando nelles a distribuição das materias, a nomeação, attribuições e vencimentos do Director, Professores e mais empregados, e bem assim os premios e concursos para as viagens artisticas a Roma, e a duração destas.

7.^a Não poderá despende com a reforma, incluído o augmento do pessoal e seus vencimentos, mais do que a quantia de cinco contos de réis annuaes, além do que se despende actualmente.

Art. 2.^o A reforma que o Governo fizer poderá ser desde logo posta em execução, dependendo porém de approvação definitiva do Poder Legislativo.

Art. 3.^o Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 806 — de 23 de Setembro de 1854.

Autorisa a Camara Municipal da Côte a incorporar Companhias para o fim de fazer abrir a rua do Cano, bem como para regularisar e dar maior largura á rua dos Latoeiros, com as clausulas, favores e obrigações abaixo mencionadas.

Hei por hem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica autorisada a Camara Municipal da Côte a incorporar huma Companhia para o fim de abrir a rua do Cano até o largo do Paço, dar-lhe em toda a extensão a mesma largura que tem a dos Ciganos, e edificar de hum e outro lado novos predios, segundo o prospecto ou prospectos que merecerem a approvação do Governo.

Art. 2.º A Companhia será obrigada ao cumprimento do Artigo antecedente dentro de hum prazo nunca maior de vinte annos, que começará a contar-se seis mezes depois que esta Resolução for sancionada, sujeitando-se no caso contrario ás multas que lhe forem arbitradas nos Estatutos.

Art. 3.º Se não for incorporada a Companhia, de que trata o Art. 1.º, fica o Governo autorisado á mandar abrir a rua do Cano até o largo do Paço.

Art. 4.º O Governo marcará o modo pratico para o começo das edificações, podendo dividir a rua em diversos quarteirões, e determinar prazos para o respectivo alargamento e edificação, não podendo porém exceder do prazo geral do Artigo segundo.

Art. 5.º Terão preferencia para se inscreverem como Accionistas até o valor de suas propriedades, os proprietarios das casas e terrenos da dita rua, e os das casas e terrenos que soffrerem desapropriação nas ruas parallelas ou transversaes.

Art. 6.º A Companhia ficará exonerada dos foros e laudemios que forem devidos á Camara Municipal pelo prazo dos vinte annos do Artigo segundo.

Art. 7.º A Companhia poderá desapropriar, se assim for necessario, todos os predios da rua do Cano, e a parte dos terrenos das casas ou quintaes das outras que lhe ficão proximalmente parallelas ou transversaes, tanto quanto baste para que as novas edificações tenham o fundo de quinze braças. Todavia se na opinião dos louvados a desapropriação de parte de qualquer predio puder trazer a ruina ou inutilisação do

mesmo predio, a Companhia será obrigada a desapropriar-lo completamente.

Art. 8.º O Governo estabelecerá o processo para estas desapropriações, e marcará as regras para as indemnisações dos proprietarios. O processo será summarissimo, e a avaliação para indemnisação será no caso de falta de accordo entre o proprietario e o agente da Companhia, feita por cinco arbitros, dous nomeados pelo proprietario, dous pelo agente da Companhia, e hum pelo Governo.

Não poderão ser arbitros: 1.º os socios da Companhia, 2.º os proprietarios dos predios que houverem de ser desapropriados: 3.º os Vereadores da Camara Municipal.

Art. 9.º As desapropriações feitas pela Companhia e as vendas que fizer de terrenos e predios ficão isentas de pagamento da siza.

A Companhia não ficará sujeita ao pagamento da Decima urbana durante o prazo de vinte annos, contados da epocha acima designada, e isto tanto para os predios actuaes situados na rua do Cano, logo que os comprar ou desapropriar, como para os novos que construir.

Art. 10.º A Companhia será obrigada ao deposito de quantias para garantia das presentes condições, que irá perdendo successivamente ou levantando no caso de infracção ou desempenho dellas.

Art. 11.º Os favores e obrigações desta Lei passam aos possuidores de terrenos ou predios comprados á Companhia até o prazo acima estabelecido.

Art. 12.º A authorisação da presente Lei he extensiva a qualquer outra Companhia que se possa incorporar para o fim de regularisar e dar maior largura á rua dos Latoeiros, do canto da rua do Cano até o largo da Carioca, e dahi ao da Ajuda pela rua da Guarda Velha a encontrar o mar.

Art. 13.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte tres de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

DECRETO N.º 807 — de 27 de Setembro de 1854.

Approva as concessões 4.ª e 5.ª a que se refere o Decreto n.º 1.066 de 13 de Novembro de 1852, a 1.ª do subsídio mensal de 500.000 pela condução das malas do Correio entre esta Côrte e a Cidade de Santos, e a 2.ª isentando de quaesquer direitos a aquisição e matricula dos Vapores destinados para as viagens contractadas.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He approvada a concessão quarta do subsídio mensal de quinhentos mil réis a que se refere o Decreto numero 1.066 de 13 de Novembro de 1852 pela condução das malas do Correio entre esta Côrte e a Cidade de Santos em barcos de vapor. E outrosim fica autorisado o Governo a augmentar este subsidio para que a mesma condução se estenda ao porto de Iguape, e tambem toquem por escala os ditos Vapores nos portos de Ubatuba e São Sebastião.

Art. 2.º He approvada igualmente a concessão quinta a que se refere o citado Decreto isentando de quaesquer direitos a aquisição e matricula dos Vapores destinados para as viagens contractadas.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.